

**PROCESSO** - A.I. Nº 019803.0805/02-0  
**RECORRENTE** - C. R. COMERCIAL DO NORDESTE LTDA.  
**RECORRIDA** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECURSO** - RECURSO DE IMPUGNAÇÃO AO ARQUIVAMENTO DE RECURSO VOLUNTÁRIO  
**ORIGEM** - IFMT – DAT/SUL  
**INTERNET** - 02.05.03

## **1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL**

### **ACÓRDÃO CJF Nº 0193-11/03**

**EMENTA:** ICMS. INTEMPESTIVIDADE. RECURSO VOLUNTÁRIO. Recurso interposto contra despacho da autoridade que determinou o arquivamento do Recurso Voluntário, por ter sido apresentado fora do prazo legal. Confirmada a intempestividade. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

## **RELATÓRIO**

Inconformado com o arquivamento por intempestividade do seu Recurso Voluntário quanto ao Acórdão 2ª JJF nº 0005-02/03, interpõe Recurso de Impugnação ao Arquivamento de Recurso Voluntário o autuado.

Preliminarmente comenta sobre a situação difícil pela qual está atravessando, para, a seguir, afirmar que a intimação contendo o Acórdão recorrido foi recebida por um seu funcionário semi-analfabeto, que não tinha a menor noção da importância de tal documento no que diz respeito a prazo, entregando-a ao proprietário do estabelecimento somente 5 (cinco) dias após o seu efetivo recebimento. Assim, em razão da entrega de correspondência da SEFAZ ser realizada mediante contrato com a ECT, não possuindo carimbo de postagem nos respectivos invólucros, inviabilizou este fato, a contagem correta do prazo para interposição do sobredito Recurso Voluntário.

Discerne sobre o embasamento da legislação para determinar intempestividade como também o interesse na busca da verdade material, relevando os rigorismos formais na busca do amplo direito de defesa, e do princípio do contraditório para se evitar injustiças e enriquecimento sem causa para o Estado da Bahia.

Requer o desarquivamento do Recurso Voluntário declarado intempestivo com a sua conseqüente apreciação, para que seja realmente aplicada a justiça aos que dela efetivamente necessitam.

A PROFAZ analisa as razões recursais, cita o artigo 108 do RPAF/99, afirma que os argumentos apresentados não elidem a intempestividade decretada, ressalva o exercício do controle da legalidade em consonância com o artigo nº 113 do RPAF mencionado, e opina pela Improcedência do Recurso de Impugnação ao Arquivamento de Recurso Voluntário.

## **VOTO**

Neste Recurso de Impugnação ao Arquivamento de Recurso Voluntário, o recorrente reconhece que a intimação questionada foi recebida por um seu funcionário que só a entregou ao proprietário, cinco dias depois de recebida.

Além de confirmar o recebimento dentro das formalidades legais, o prazo recursal é de 10 (dez) dias, logo, mesmo assim, ainda teve prazo para interpor o Recurso Voluntário dentro do prazo.

O artigo nº 108 do RPAF/99 embasa estar perfeitamente correta a intimação aqui questionada, e os argumentos apresentados não conseguem elidir a intempestividade decretada.

Como bem ressaltou o PROFAZ, cabe ao recorrente provocar o Órgão controlador da legalidade, para que a exerça, e evite caso comprovado, a efetivação da injustiça fiscal comentada pelo Recurso de Impugnação ao Arquivamento de Recurso Voluntário.

Por conseguinte, voto pelo NÃO PROVIMENTO deste Recurso de Impugnação ao Arquivamento de Recurso Voluntário.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Impugnação ao Arquivamento de Recurso Voluntário apresentado e homologar a Decisão Recorrida que julgou **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº 019803.0805/02-0, lavrado contra **C. R. COMERCIAL DO NORDESTE LTDA.**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$554,76**, acrescido da multa de 100%, prevista no art. 42, IV, “j”, da Lei nº 7.014/96, e demais acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 24 de abril de 2003.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS - PRESIDENTE

MAX RODRIGUEZ MUNIZ – RELATOR

SYLVIA MARIA AMOÊDO CAVALCANTE - REPR. DA PROFAZ